



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020
(Do Sr. Léo Moraes)

Extingue a ajuda de custo devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado o pagamento de ajuda de custo, de qualquer valor, aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.

Art. 2º Revogam-se os §§ 1º e 2º do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 276, de 2014.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Chancela eletrônica do(a) Dep Léo Moraes (PODE/RO),
através do ponto P_7398, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.





JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira passa por uma grave crise econômica e financeira, em que o número de desempregados aumenta dia após dia e em que as despesas do Estado aumentam em ritmo acelerado. A pandemia da Covid-19 e a emergência sanitária dela decorrente só pioraram ainda mais a situação.

Esse quadro de flagelo para milhões de brasileiros faz com que sejam gritantes as distorções que há em nossas normas como, por exemplo, a existência de ajuda de custo devida aos membros do Congresso Nacional para compensar as despesas com mudança e transporte no início e no final do mandato.

Não bastasse o fato de sua existência ser questionável, o valor dessa ajuda de custo é, no mínimo, extravagante: equivalente ao subsídio dos parlamentares, atualmente de R\$ 33.763,00. Além disso, por ter caráter indenizatório, esse valor é livre de qualquer tributação.

Considerando-se que há 594 parlamentares nas duas Casas do Congresso, a extinção da ajuda de custo prevista no Decreto Legislativo nº 276, de 2014, resultará em uma economia média de R\$ 37,5 milhões por legislatura, sem contar o valor pago em razão dos eventuais mandatos dos suplentes.

Mais do que uma medida fiscal, a aprovação deste projeto de decreto legislativo é uma medida que atende ao princípio da moralidade, ao qual deve reger toda a Administração Pública.

Ciente da importância dessa medida para reduzirmos as distorções da nossa legislação e pormos fim a esse privilégio, que tanto mal faz à imagem do Congresso Nacional, pedimos apoio aos nobres pares para que se aprove este projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2020.

Deputado LÉO MORAES

Chancela eletrônica do(a) Dep Léo Moraes (PODE/RO),
através do ponto P_7398, nos termos de delegação regulamentada no Ato,
da Mesa n. 25 de 2015.

